

HABEAS CORPUS Nº 569.745 - SP (2020/0077254-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MONALISE DE LIMA FONSECA
ADVOGADO : MONALISE DE LIMA FONSECA - SP369183
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WELLINGTON DOS SANTOS BRANDAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. REITERAÇÃO DO PLEITO FORMULADO NO HC N.º 569.537/SP. LITISPENDÊNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WELLINGTON DOS SANTOS BRANDÃO contra decisão do Desembargador Relator do HC n.º 2059228-71.2020.8.26.0000, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou seguimento à impetração com base no art. 168, § 3.º, do RITJSP.

Consta dos autos que o Ministério Público do Estado de São Paulo denunciou o Paciente e demais corréus pela suposta prática do crime de associação para o tráfico ilícito de drogas.

O Juízo de Direito Titular I da 7.ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo - SP, por entender haver vários indícios de transnacionalidade do delito, acolheu a representação da autoridade policial e decretou a prisão preventiva dos Envolvidos, "***ad referendum***" do Juízo Federal competente, determinando, com urgência, a remessa do feito a uma das Varas Federais Criminais da Capital (fls. 14-19).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo o Desembargador Relator negado seguimento à impetração ao fundamento de que, com a redistribuição dos autos à Justiça Federal, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição da República, falece competência àquela Corte para conhecer e julgar o *mandamus* (fls. 12-13).

Nas razões do presente *writ*, a Impetrante alega que "*respeitável juiz feriu por duas vezes o princípio da legalidade: a primeira, utilizou-se de um poder*"

inexistente para conferir aquilo não lhe era permitido; e a segunda, contrariou a lógica exposta por ela mesmo em relação a sua competência (aliás, única parte que agiu correto, embora não tenha 'se' seguido)" (fl. 7).

Sustenta que não foram demonstrados os requisitos da prisão preventiva e que "não houve a individualização da necessidade da respectiva prisão processual a cada um dos denunciados, deu-se o mesmo tratamento" (fl. 9).

Aduz que o Paciente é primário, trabalhador, possui residência fixa, de modo que "o instituto excecionalíssimo da prisão preventiva perde à sua razão de ser, pois reveste-se de incontestável punição antecipada" (fl. 8).

Assevera que os autos ainda não foram remetidos à Justiça Federal, razão pela qual não há falar ainda em jurisdição federal.

Pondera, por fim, que, se a prisão preventiva já constitui medida de natureza excepcional, quanto mais agora no atual quadro de pandemia pelo COVID-19.

Requer, desse modo, em liminar e no mérito, seja expedido alvará de soltura em favor do Paciente.

É o relatório. Decido.

No **HC n.º 569.537/SP**, a mim distribuído em 28/03/2020, foi formulada idêntica pretensão em favor do ora Paciente.

O presente *writ*, portanto, é mera **reiteração** de pedido anterior, em que há identidade de partes, de pedido e de causa de pedir, além de impugnarem ambas o **mesmo acórdão e a mesma matéria**.

Ocorre que não podem ser processados nesta Corte, concomitantemente, *habeas corpus* e recurso ordinário em *habeas corpus* nos quais se constata **litispendência**, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de pedir.

Assim, concluo pela inadmissibilidade do *mandamus*, porquanto não pode ser conhecida a impetração que veicula mera reiteração de pedido já formulado em *writ* anteriormente impetrado nesta Corte.

No mesmo sentido, v.g.: AgRg no HC 483.855/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe de 19/02/2019; HC 519.170/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado

Superior Tribunal de Justiça

em 15/10/2019, DJe 21/10/2019; EDcl no AgRg no HC 532.973/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial;

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora